

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 178

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 24 DE NOVEMBRO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**NELSON JUSTUS**

Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

1º Vice-Presidente - PMDB

**JOSÉ MARIA FERREIRA**

2º Vice-Presidente - PSDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

|                        |                            |
|------------------------|----------------------------|
| Líder do Governo ..... | Valdir Rossoni             |
| PFL.....               | Plauto Miró Guimarães      |
| PTB.....               | Ademar Traiano             |
| PMDB.....              | Orlando Pessuti            |
| PPB.....               | Tony Garcia                |
| PT.....                | Péricles de Holleben Mello |
| PDT.....               | Edgar Bueno                |
| PSDB.....              | José Maria Ferreira        |
| PL.....                | Pastor Edson Praczyk       |
| PSB.....               | Ricardo Maia               |
| PSC.....               |                            |
| PSL.....               | Edno Guimarães             |
| PST.....               | Divanir Braz Palma         |

## Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Carlos Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gauchó - Serafina Carrilho; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo (licenciado) - Luciana Rafagnin - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; BLOCO PARLAMENTAR - PSL/PL/ PSC - 05: Edno Guimarães - Pastor Edson Praczyk - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Miltinho Puppio.

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 111ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
24 DE NOVEMBRO DE 1999**

(quarta-feira)

Presidência do Senhor Deputado Nelson Garcia, secretariada pelos Senhores Deputados Hermas Brandão e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Carlos Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Lino Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes Silva Litro, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas de Oliveira, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Garcia**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

### Ofícios:

#### OFÍCIOS

Sob os nºs CLT/SEEG/301, 302, 303 E 304/99, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sanctionado os Projetos de Lei nºs:

321/99: De autoria do Deputado Anibal Khury que, declara de Utilidade Pública a Associação Renovação Carismática de Curitiba - ARCC, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.697. **Anote-se - Arquivo-se.**

322/99: De autoria do Deputado Nereu Moura que, declara de Utilidade Pública a Associação de Desenvolvimento Comunitário de Flor da Serra, com sede e foro no município de Realeza, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.698. **Anote-se - Arquivo-se.**

323/99: De autoria do Deputado Nereu Moura que, declara de Utilidade Pública a Associação de Artesãos de Realiza - ARTEREAL, com sede e foro no município de Realeza, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.699. **Anote-se - Arquivo-se.**

337/99: De autoria do Deputado Marcos Isfer que, declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Desembargador Lauro Lima Lopes, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o nº 12.700. **Anote-se - Arquivo-se.**

### Indicação:

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Por intermédio deste, gostaria de indicar a Deputada Serafina Carrilho, para a suplência da Comissão de Finanças desta Assembléia, em substituição ao Deputado Luiz Fernandes Litro que passou a ser o membro titular.

Sem mais para o momento, reitero protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) ANTONIO BARATTER

Líder do PSDB

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 2565

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário Regime de Urgência para o Projeto de Lei nº 597/99.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### REQUERIMENTO Nº 2570

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja Retirado da Pauta de Plenário por duas sessões, o Projeto de Lei nº 457/99 de autoria do Deputado Geraldo Cartário para que o mesmo seja anexado ao Projeto de Lei nº 450/99 de autoria do Deputado Algaci Tulio, por tratar-se de matéria idêntica "Autoriza o Poder Executivo a Criar a Delegacia da Mulher no

Município de São José dos Pinhais”, passando o Projeto anterior 450/99 a tramitar nesta Casa de Leis com autoria conjunta de ambos os Deputados.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) ALGACI TULIO

#### REQUERIMENTO Nº 2550

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições Regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de profundo pesar, à família do Sr. Pedro Baptista, pai do ex-Deputado Estadual e Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Nestor Batista, pelo seu falecimento na madrugada de hoje, em Curitiba.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se, Senhor Presidente, de uma última homenagem a um homem que dedicou sua vida aos mais elevados valores morais, que se refletem na conduta ilibada de seus filhos e que, certamente, continuará servindo de exemplo de conduta aos seus familiares e a todos os que tiveram privilégio de desfrutar de seu convívio.

#### REQUERIMENTO Nº 2561

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual subscritor do presente documento, usando de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após a aquiescência do Plenário, para que seja consignado voto de profundo pesar pelo falecimento trágico e prematuro de Daiane Aline Buchholz, filha da vereadora e presidente do Partido da Frente Liberal, Salete Buchholz, do município de Nova Santa Rosa.

Do requerido, roga que seja dado ciência a vereadora Salete Buchholz e seu esposo Arno, com o encaminhamento de expediente à Câmara Municipal de Nova Santa Rosa.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 2569

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, voto de pesar à família Baptista, pelo falecimento do Senhor Pedro Baptista, ocorrido no dia 24 de novembro de 1999, nesta Capital.

Requer também que seja dada ciência à família enlutada, através do Conselheiro Nestor Baptista, Tribunal de Contas do Paraná, da decisão desta Casa de Leis.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regime desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) EDSON STRAPASSON

Apoiamento:

Edgar Bueno, Antonio Annibelli, Orlando Pessuti e Ademir Bier.

#### REQUERIMENTO Nº 2556

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrado nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Califórnia - PR, alusivos aos seus 45 anos de emancipação política, a ser comemorado no próximo dia 26 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Senhor Luiz Bueno de Oliveira Sobrinho, através de correspondência a ser encaminhada a Rua 17 de Dezembro, 149, CEP 86820-000, Município de Califórnia - Paraná.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2557

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrado nos anais da Sessão de hoje, voto de congratulações ao Município de Ivaiporã - PR, alusivos aos seus 38 anos de emancipação política, a ser comemorado no próximo dia 19 de novembro.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao Prefeito Senhor Pe. Luiz Pereira, através de correspondência a ser encaminhada a Praça dos Três Poderes, 500, CEP 86870-000, Município de Ivaiporã - Paraná.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2558

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Município de Paula Freitas pela passagem, no próximo dia 08.12.99, do seu 35º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Waldemar Antonio Capeleti, Prefeito Municipal, ao vice-Prefeito Sr. Gelson Levy Olivetti, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná,

recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paula Freitas.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Na significativa data de 08.12.99, toda população de Paula Freitas é digna do nosso reconhecimento e admiração na certeza de que continuarão com a mesma garra prestando importante colaboração para o progresso do seu Município.

Cumprimentamos, com esta proposição, toda a comunidade de Paula Freitas, principalmente aqueles que como nós, acreditam que é somente através de um trabalho incessante que se obtém a segurança para um futuro melhor.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, congratula-se com todos os munícipes na data magna em que comemoram mais um aniversário de sua emancipação política.

#### REQUERIMENTO Nº 2568

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, envio de voto de congratulações a Alinari e a TELECOM Itália, que atua no Paraná como TIM TELEPAR Celular, pela realização da Exposição Fotográfica, que focaliza os últimos 100 (cem) anos da arte história e Cultura Italiana, com o título “Um País Único Itália”, realizada na Secretaria de Cultura do Paraná, no Museu da Imagem e do Som e no Saguão do Aeroporto Afonso Pena, em Curitiba/Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe os Artigos 132 e 133 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando envio de cópia presente a Sede da TIM TELEPAR Celular, na Rua Carlos de Carvalho, Curitiba/Paraná.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 2572

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Jornal Gazeta do Paraná, pelo seu 8º aniversário de fundação, na pessoa do seu Diretor, Sr. Marcos Formighieri.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) TIAGO AMORIM NOVAES

#### JUSTIFICATIVA:

Na qualidade de Deputado Estadual representante da região oeste do Estado, quero deixar registrada a minha satisfação de residir na Cidade de Cascavel que sedia um dos mais conceituados meios de comunicação do Estado, que é o Jornal Gazeta do Paraná, um jornal jovem, que nesses poucos anos de existência, através do

seu Diretor Marcos Formighieri e um competente quadro de profissionais vem registrando com total fidelidade os fatos que fazem a história do nosso Estado, do Brasil e do mundo, levando ao conhecimento público as notícias de relevante interesse, contribuindo significativamente com o progresso e desenvolvimento do Paraná.

#### REQUERIMENTO Nº 2551

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Senhor Governador do Estado, para que instrua o Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de determinar policiamento ostensivo na Rua Cabo Cornélio de Souza Martins e proximidades - Bairro Uberaba de Cima, devido a incidência diária de roubos e assaltos. Até animais de estimação estão sendo roubados. Os moradores estão apreensivos com a falta de segurança e pedem policiamento urgente.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2552

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, no sentido de atender o pedido do Sr. Roberto Jurevitz, residente à Rua São Rafael nº 346 - Jardim Monte Santo, que pede agilização no atendimento do Protocolo dessa Prefeitura nº 6697/99, referente a reparos na rua em que reside. É necessário passar a máquina e colocar saibro. O Sr. Roberto é deficiente, usa cadeiras de rodas e tem dificuldades de locomoção devido ao péssimo estado da rua. Se necessário, recomendamos contato com o requerente pelo telefone 757-2788 (recados).

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2553

Senhor Presidente.

O Deputado Ricardo Chab que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja encaminhado expediente a Exma. Sra. Alcyone Vasconcelos Saliba - DD. Secretária de Estado da Educação, solicitando a permanência da 2ª Série, no Escola Estadual Conselheiro Zacarias ou colégios próximos a Rua Ubaldino do Amaral, para atender os estudantes do bairro.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) RICARDO CHAB

#### JUSTIFICATIVA:

Os moradores da Rua Ubaldino do Amaral e adjacências, solicitam através de abaixo-assinado em anexo, a permanência da 2ª série na Escola Estadual Con-

selheiro Zacarias ou em Colégios próximos, tendo em vista a necessidade dessa série, para que os alunos dessa região não precisem se deslocar para outros bairros, onerando a renda familiar.

Face ao exposto, solicito apoio dos nobres Pares, visando encaminhar, através de expediente, o presente a Sra. Alcyone Vasconcelos Saliba - DD. Secretária Estadual da Educação - Avenida Água Verde, 1680 - Água Verde - Curitiba/Paraná, a fim de que seja analisada a solicitação dos moradores.

#### REQUERIMENTO Nº 2560

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, encaminhamento de correspondência ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano/SEDU e ao Presidente do "Paraná Cidade", solicitando urgência na liberação dos recursos do Programa PEDU para o Município de Ponta Grossa, objeto de Convênio entre o Estado e o Município. Tal medida se torna necessária tendo em vista os compromissos assumidos pelo Município de Ponta Grossa atendendo os dispositivo do Convênio assinado entre as partes.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

#### REQUERIMENTO Nº 2566

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUEREM, envio de Pedido de Informações ao Secretário de Estado Chefe da Casa Civil Senhor Pretextato Taborda Ribas, tendo em vista a ocorrência de rachadura na barragem da Usina de Salto Caxias solicitando o que segue:

a - O ocorrido deu-se por erro de cálculos erro de edificação ou por uso de materiais inadequados?

b - Qual o risco que se expõe a população que se encontra às margens a jusante da barragem?

c - Qual a possibilidade de esvaziamento do lago formado pelo reservatório para realização dos reparos devidos?

d - Quais as providências adotadas pela COPEL para resolver o problema?

e - Estas providências resolvem definitivamente o vazamento provocado pela rachadura, ou a barragem deverá conviver o fato daqui para frente?

f - Quais os custos que a COPEL vem arcando no enfrentamento do problema?

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(aa) NEREU MOURA, JOSÉ MARIA FERREIRA,  
EDGAR BUENO, LUCIANA RAFAGNIN,

ANTONIO ANNIBELLI, LUIZ CARLOS ZUK,  
ORLANDO PESSUTI e BERARDIN.

### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 597/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica terminantemente proibido a circulação de carretas e caminhões sobre os Ferry-Boat, na travessia de Matinhos e Guaratuba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

Apoiamento:

Luiz Carlos Alborghetti, Miltinho Puppino, Luiz Carlos Zuk, Hermas Brandão, Valdir Rossoni, Plauto Miró Guimarães e Moysés Leônidas.

**JUSTIFICATIVA:**

Temos recebido inúmeras solicitações das autoridades representativas de Matinhos e Guaratuba, bem como da comunidade em geral, sobre o transporte de carretas e caminhões no perímetro urbano dos referidos municípios, cujo transporte está causando a destruição das vias públicas com sérios prejuízos a municipalidade.

Para resolver o problema, a solução será a proibição da passagem de carretas e caminhos pelo Ferry-Boat, devendo os referidos veículos usarem a Rodovia Garuva e Guaratuba.

#### PROJETO DE LEI Nº 599/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná proibido de locar equipamentos eletrônicos, fotográficos, elétricos, mecânicos ou similares, que tenham por finalidade exercer o controle e a fiscalização do trânsito em rodovias estaduais.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) HERMAS BRANDÃO

Apoiamento:

Valdir Rossoni, Beraldin, Ricardo Chab, Albanor Gomes, Plauto Miró Guimarães, Miltinho Puppino, Caíto Quintana, Nelson Garcia, Durval Amaral, Hermes Fonseca, Algaci Tulio, Edgar Bueno, Chico Noroeste, Antonio Annibelli, Cesar Seleme e Cezar Silvestri.

**JUSTIFICATIVA:**

Durante a tramitação do Projeto de Lei nº 210/99, de autoria do Deputado Durval Amaral, por razões meramente regimentais não foi aprovado dispositivo que proibia o Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná locar equipamento que tenham finalidade exercer o controle e a fiscalização de trânsito em rodovias estaduais.

Para fazer valer o pensamento da maioria dos Senhores Deputados, estamos apresentando o presente projeto de lei, para o qual esperamos contar com o apoio dos Nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 600/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica instituído o serviço extraordinário, para funcionários dos Núcleos Regionais de Educação e Secretaria de Estado da Educação.

§ 1º - O Serviço Extraordinário terá a carga horária de 50% (cinquenta por cento) do cargo de um padrão, ou seja, 10 (dez) horas de atividades semanais além da carga horária padrão.

§ 2º - Os vencimentos da carga horária dos serviços extraordinários deverão ser correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do salário do padrão efetivo e nível de atuação do servidor.

Art. 2º - Os serviços extraordinários poderão ser exercidos pelos servidores detentores de um padrão, como opção de aumento de carga horária, e pelos professores inativos em um dos padrões e que tenham fixação nos NRE e SEED.

Art. 3º - Para efeito de aposentadoria, os professores detentores de um padrão na ativa e outro inativo, o cálculo será realizado proporcionalmente ao tempo trabalhado com serviços extraordinários, no padrão da ativa em um trinta e cinco avos, por ano trabalhado se homem e um trinta avos se mulher.

Parágrafo Único - Aos professores detentores de um único padrão e que exercerem os serviços extraordinários, terão como base de cálculo para a aposentadoria a proporcionalidade do tempo de serviço exercido com serviços extraordinários, em um trinta e cinco avos, por ano trabalhado se homem e um trinta avos se mulher.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) MOYSÉS LEÔNIDAS

**JUSTIFICATIVA:**

Tal proposição tem por objetivo garantir a permanência das horas extraordinárias para os funcionários do Núcleo Regional da Educação.

Tais funcionários foram convidados a trabalhar no NRE e, posteriormente, optar pela fixação das 20 horas efetivas, perdendo, dessa forma, a lotação nos estabelecimentos de origem e, ao mesmo tempo, a prioridade na escolha das aulas extraordinárias. Ao optarem pela fixação no NRE, sujeitaram-se ao acréscimo no tempo de serviço para aposentadoria, perdendo o direito à aposentadoria especial.

O Núcleo Regional da Educação depende do total dessa carga horária para formação do seu quadro de trabalho, visando ao bom atendimento e à qualidade do serviço apresentado.

A redução da carga horária dos “serviços extraordinários” ora exercidos pelos professores em função dos Núcleos Regionais de Educação e na SEED, trará vários transtornos administrativos a estes órgãos: como a contratação de novos integrantes, demora para adequação do novo servidor ao serviço e conseqüentemente perda no serviço público.

A redução do “serviço extraordinário” não diminuirá gastos para o Estado, uma vez que para continuar com os serviços prestados pelos Núcleos às Escolas e a SEED necessitará de preenchimento destas vagas ora reduzidas por novas contratações que custarão mais caras aos cofres do Estado.

O reaproveitamento do mesmo funcionário com maior carga horária reduz custo aos cofres públicos, que seriam realizados com novas contratações, que vão de novos encargos sociais, fundo de garantia, novas aposentadorias até mesmo custos com capacitação.

A contratação de novos funcionários ainda comportará gastos de capacitação e conseqüentemente atraso nos serviços até que este funcionário esteja apto ao exercício de suas funções em detrimento a funcionários já capacitados e em pleno desenvolvimento de suas funções e já engrenados com suas atividades.

Sendo assim, temos a salientar que o número de funcionários com serviço extraordinário é relativamente pequeno em relação à produção de trabalho efetuado e à notável qualidade de Educação que o Paraná apresenta em nível nacional.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente Plano de Lei.

PROJETO DE LEI N° 601/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva Recreativa e Cultural 19 de julho (SEERC 19 de julho), com sede e foro no Município de Itaipulândia-Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) ADEMIR BIER

**JUSTIFICATIVA:**

A Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural 19 de julho (SERC 19 de julho), de Itaipulândia é entidade de caráter social, sem fins lucrativos, promovendo atividades sociais, culturais, esportivas, recreativas e cívicas, entre os seus associados.

A documentação que instrui o presente plano de lei, atende os requisitos da lei regulamentadora da matéria. Motivo que nos leva a solicitar apoio dos nobres Deputados desta Casa.

**PROJETO DE LEI Nº 602/99**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor Gilberto Mingueti.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) LUIZ ACCORSI

**JUSTIFICATIVA:**

Pretende tal propositura homenagear pessoa tão eminente que contribui com a preservação da saúde em nosso Estado.

Justifica-se esta homenagem através do extenso currículo em anexo.

Pelo exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares ao presente Plano de Lei.

**PROJETO DE LEI Nº 603/99**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Ivaiporã - Paraná, com foro e sede no Município de Ivaiporã - Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) ORLANDO PESSUTI

**JUSTIFICATIVA:**

A Associação dos Aposentados, Pensionistas e Idosos de Ivaiporã - Paraná, é uma entidade com personalidade Jurídica, sem fins lucrativos, tendo por finalidade a integração, e a promoção de melhorias para o seu público alvo, através de ações tais como a prestação de assessoria jurídica, gestões no sentido de isentar de pagamento do IPTU os associados com renda mensal equivalente a um salário mínimo, bem como a isenção do pagamento de tarifa do transporte urbano do município,

fornecimento de medicamentos e encaminhamento médico hospitalar aos associados carentes, acompanhamento de processos de aposentadoria junto ao INSS, entre outras atividades de relevante importância.

Em função do desenvolvimento de ações de elevado teor social, com objetivo de remover a melhoria da qualidade de vida da população atendida, solicitamos aos nobres pares desta Casa de Leis, seu reconhecimento como entidade de Utilidade Pública Estadual.

**PROJETO DE LEI Nº 604/99**  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Fundação Herbarium de Saúde e Pesquisa, com sede e foro no Município de Colombo.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) EDSON STRAPASSON

**JUSTIFICATIVA:**

A Fundação Herbarium de Saúde e Pesquisa, fundada em 02 de fevereiro de 1996, é pessoa jurídica de direito privado de fins não lucrativos com sede à Av. Santos Dumont, nº 1.111, Colombo - Paraná.

Encontra-se registrada nos termos da Escritura Pública lavrada às fls. 070 do livro 0232 do Tabelionato de Notas e Protestos e Títulos da Comarca de Colombo e foi declarada de Utilidade Pública Municipal pela Lei nº 728/99, de 31 de março de 1999, e encontra-se devidamente cadastrada no CGC/MF sob nº 01.346.258/0001-07.

A Fundação Herbarium de Saúde e Pesquisa, tem por finalidade:

- Formalizar convênios com universidades, instituições e grupos de pesquisas nacionais ou internacionais, objetivando a efetivação de estudos e pesquisas de caráter científico;

- Estimular e desenvolver a pesquisa de plantas medicinais e terapias não convencionais;

- Instituir bolsas de estudos, estágios e viagens que possam contribuir para a consecução dos objetivos da Fundação;

- Realizar e receber doação ou permuta de exemplares da flora medicinal para incorporação de acervos;

- Patrocinar e promover estudos ecológicos;

- Promover a utilização da fitoterapia e outras terapias não convencionais no tratamento primário da saúde da população;

- Promover cursos, seminários, simpósios e estudos sobre a fitoterapia e outras terapias não convencionais;

- Preservar a flora medicinal nativa e estimular o seu plantio;

- Promover e patrocinar campanhas de conscientização ou mobilização da sociedade para a utilização correta, preservação da flora medicinal e do meio ambiente;

- Promover o conhecimento e a utilização da flora medicinal nacional;

- Assistência ou participação a outras obras e programas de saúde de caráter social, educativo e cultural.

Face ao exposto, e contando com o apoio e compreensão dos nobres Pares, reitero a Vossas Excelência votos de admiração e apreço.

#### PROJETO DE LEI Nº 605/99

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - A redação do art. 3º da Lei nº 6.102, de 27 de maio de 1970, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º - Os recursos a que se refere o Parágrafo Único e alíneas do art. 2º, serão obrigatoriamente recolhidos em conta especial do estabelecimento bancário oficial do Estado do Paraná sob a denominação de “Fundo Especial de Reequipamento Policial - FUNRESPOL”, por meio de guia própria, conforme anexo I da presente lei, que será movimentada pelo Conselho Diretor do FUNRESPOL, de acordo com as normas vigentes.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24.11.99.

(a) NELSON JUSTUS

#### JUSTIFICATIVA:

A Lei nº 6.102, de 27 de maio de 1970, que criou o Fundo Especial de Reequipamento Policial - FUNRESPOL, com a finalidade de prover recursos para reequipamento material da Polícia Civil do Estado do Paraná, impõe no seu artigo 3º que os recursos arrecadados a título de cobrança de Taxa de Segurança, destinada a reequipar a Polícia Civil, serão recolhidos pelos Bancos ao Tesouro Geral do Estado, e liberados, gradativamente, segundo as necessidades expostas num programa anual de trabalho, homologado pelas Secretaria do Planejamento e da Fazenda e aprovado pelo Governador do Estado.

O FUNRESPOL não fica com o dinheiro da arrecadação para suprir as suas necessidades, dependendo sempre de repasses escalonados das importâncias arrecadadas, que deveriam ser, obrigatoriamente, depositadas pelo Tesouro Geral do Estado, mensalmente, no Banco do Estado do Paraná S/A, em conta própria do FUNRESPOL, que seria movimentada pelo seu Conselho Diretor, na forma regulamentar.

Objetiva a presente proposição, permitir que as importâncias arrecadadas com a cobrança das Taxas Públicas, sejam diretamente depositadas pelos contribuintes em conta própria do Fundo, e autorizada a movi-

mentação dos recursos pelo seu Conselho Diretor, de acordo com o plano anual de aplicação de custeio e investimento, obedecidas as demais disposições regulamentares.

Como exemplo de sistemática semelhante, no que tange aos depósitos diretos na conta do Fundo, pode-se citar o Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário - FUNREJUS, Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, Art. 5º e Fundo de Reequipamento do Ministério Público - FUEMP-PR, Lei nº 12.241, de 28 de julho de 1998, Art. 5º, com redação dada pelo Art. 1º da Lei 12.397, de 12 de dezembro de 1998.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Garcia)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

#### O SR. LUIZ CARLOS ZUK

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Há muito tempo atrás o Paraná ganhava um dos melhores programas deste Estado, programa este que era um empréstimo, uma parceria feita entre o município e o Estado.

Diversos municípios do Paraná, através da assessoria Técnica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano fizeram com que cursos fossem realizados, programas fossem apresentados, e projetos foram elaborados.

Todos eles tecnicamente apresentados, aptos, aprovados e destinados os recursos de acordo com os parâmetros do banco Internacional e com o aval do banco do Estado do Paraná e do Governo, dentro dos limites de que cada município pudesse fazer o seu endividamento.

Assim foi em todos os quadrantes do Estado. Ponta Grossa não fugiu da regra. Quem fugiu, Sr. Presidente e Srs. Deputados, foi o Governo do Estado. Todos os municípios receberam, dentro do Programa pré-elaborado, dentro dos prazos estabelecidos, todas as parcelas do Paraná Urbano. E Ponta Grossa tendo aprovado todos os projetos apresentados, cumpridas todas as metas estabelecidas, está em haver, desde o ano passado, Sr. Presidente e Srs. Deputados, do Governador, a remessa de um dinheiro que não é do Governo.

De um dinheiro que vai ser emprestado ao povo de Ponta Grossa e a ser pago nos próximos anos. Um dinheiro que é internacional e tem a parceria do Governo do Estado.

Por, isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos entrando com um requerimento pedindo para que o Governo do Estado libere a parcela faltante daqueles projetos já aprovados e faltando tão somente uma boa vontade. Esteve em Ponta Grossa o Secretário Augusto Canto, participando do 25º ano de sua formatura da primeira turma de Engenheiros Cíveis da Universidade Estadual de Ponta Grossa. E lá, naquela oportunidade, inquirido pela imprensa de Ponta Grossa, falada, escrita e televisada, o nosso amigo Augusto Canto diz que somente algumas pecinhas do Governo do Estado precisariam ser removi-



das para que o dinheiro fosse entregue à população da cidade.

São ruas a serem asfaltadas, Sr. Presidente e Srs. Deputados. São ligações de fundos de bairro a serem feitas.

Enfim, o anel de circulação da cidade que precisa ser complementado dentro do programa estabelecido e dos projetos já entregues. Por isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados, tenho a certeza de que com a mão, removendo a mão da boa vontade, removendo aquelas pecinhas que estão impedindo que o que o Governador e o Secretário Lubomir Ficinski liberem esta última parte do PARANAURBANO, tenho a certeza absoluta que não estarão fazendo mais nada do que a razão, do que a verdade e do que a decência do comportamento do homem público que deve ser estabelecido, dinheiro internacional, aval do Governo do Estado, comprometimento da Prefeitura de Ponta Grossa, dentro do orçamento que ali está pré-estabelecido.

Tenho a certeza absoluta, Srs. Deputados, que haveremos de ter ainda este ano, a liberação do dinheiro que já se encontra depositado numa conta, fazendo com que o povo da minha cidade e também da nossa região e até do Paraná que ali transita seja ele prejudicado.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Garcia)

Não há oradores inscritos no Pequeno Expediente.

No Grande Expediente, com a palavra o Deputado Nereu Moura.

#### O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste momento em que precisamos no Paraná eclodir a briga no campo, aonde a violência no campo se estabelece, é evidente que temos que fazer uma análise desta conjuntura. Assistimos preocupados, de um lado os trabalhadores sem-terra, ansiosos para que o Governo faça o dever de casa.

De outro lado os proprietários de terra desesperançosos buscam por suas mãos fazer justiça porque não encontram meios, não encontram esperança nas autoridades constituídas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que a situação perversa vive o Paraná, nos dias atuais. Se não bastasse o reflexo da política neo-liberal desenvolvida em Brasília, o atual Governo do Estado está absolutamente sem rumo.

Perdido nos seus desatinos administrativos, ou melhor, afogado na incompetência e na falácia. O que fizeram de você, meu querido Paraná? Um Estado jovem, sadio e com personalidade?

Orgulho para todos. Referência para o Brasil em todos os setores. Saneamento urbano, eficiente, agricultura de ponta, eficiência administrativa. Quadro funcional enxuto. O Poder Legislativo estadual operoso e balanceado; o Poder Judiciário parcimonioso e coerente.

A melhor empresa de energia elétrica do País, a mais bem estruturada e competente empresa de água do cenário nacional. Proporcionalmente a maior malha rodoviária construída com o dinheiro do tesouro estadual do Brasil.

Quatro Universidades mantidas pelo erário: UEM, UEL, UPG e UNIOESTE. Folha de pagamento extraordinariamente controlada. E por aí a fora. Lógico que estou falando do Paraná, mas não de um passado distante. Fatos verificados recentemente. Ou mais precisamente até dezembro do fatídico ano de 1994.

Até aquela data o Paraná não precisava viver de pires na mão, numa verdadeira humilhação, onde secretários passam mais tempo em Brasília do que aqui no seu local de trabalho. Uma vergonha, tentam através das mais mirabolantes artimanhas, algum tipo de recursos do Governo Federal, até para pagar a folha de pagamento do funcionalismo estadual.

Todos os dias a imprensa registra esta situação vexaminosa de pessoas pertencentes ao atual governo, dando informações de como está o adiantamento dos royalties da Itaipu, ou o financiamento do BNDS ou então a venda da COPEL ou da SANEPAR.

Até parece, Sr. Presidente, que é a única coisa que este governo sabe fazer. A situação do Paraná em cinco anos mudou completamente, da água para o vinho. Um estado que construía obras federais com o seu dinheiro, quando outras unidades da Federação reclamavam da escassez de recursos, aqui tocava-se obras gigantes com recursos próprios.

Exemplo disso é a FERROESTE, ligando Guaruapuava a Cascavel, uma obra que consumiu 386 milhões de dólares. A ponte de Guaíra ligando o Paraná ao Mato Grosso do Sul, esta obra que foi realizada e viabilizada por um custo baixíssimo através de uma licitação séria e honesta.

A duplicação da BR entre Curitiba e Joinville. Um estado sério e equilibrado, Sr. Presidente, que pagava rigorosamente em dia os seus fornecedores e compromissos, infelizmente isso é coisa do passado. Até mesmo os convênios assinados com as Prefeituras do interior estão há um ano em atraso no repasse dos recursos, criando com isso uma situação desastrosa para os prefeitos que acreditavam que os convênios teriam a sua execução normal.

Calçamento com pedras irregulares. Um ano e três meses que os municípios não recebem os recursos, colocando na rua os calceteiros, bóias-frias, assentadores de pedras e colocadores de pedra, estão lá jogados à míngua, passando fome e o governo teima em não passar os recursos às prefeituras.

Desde agosto do ano passado, há um ano e quatro meses que não repassa e, segundo informações, apenas 4 milhões de reais resolveriam o problema dos convênios relacionados com a Secretaria dos Transportes do Paraná.

Contrataram as obras e hoje os Prefeitos passam por caloteiros, porque a execução dos convênios não foi

realizada. Investimentos no Paraná, hoje, somente com dinheiro emprestado ou com a venda de ativos. E olhe lá! Os recursos próprios ao longo desses cinco anos foram sendo torrados sem clemência e sem piedade.

Segundo palavras do Secretário Giovani Gionédís, a capacidade de investimento do Paraná, hoje, é zero, com recursos do próprio estado, sendo que mês-a-mês a contabilidade tem registrado *déficit*. Como se explica, então, que em janeiro de 1995 a folha comprometia, e isso com um aumento concedido pelo Governador Mário Pereira no mês de dezembro daquele ano, 1994, 16%, a todo o funcionalismo estadual 64% da receita estadual a folha de pagamento comprometia da receita estadual. Os funcionários do Estado estão há cinco anos sem receber aumento. Nunca na história do Paraná houve um arrocho salarial quanto o Jaime Lerner está fazendo em cima dos servidores estaduais. Cinco anos sem aumento os funcionários públicos. Nunca se achatou, nunca se desmoralizou tanto. O servidor público estadual, professores, os servidores da administração direta, padecem e sofrem. O que se fez foi apenas desmilingüir o servidor público estadual.

E para piorar o problema, há que se acrescentar que o atual governo dilapidou o patrimônio do povo do Paraná, vendeu parte da COPEL, vendeu parte da SANEPAR. Privatizou a FERROESTE, que foi na verdade um presente oferecido a uma empresa que ganhou o direito de explorar a ferrovia.

O BANESTADO, orgulho de todos nós, com mais de 70 anos no mercado, melancolicamente às mãos da iniciativa privada. Quer dizer, pouca coisa ainda sobra. Será difícil para outros governos governarem o Paraná daqui para a frente.

O que fizeram de você, meu Paraná? De repente deixaste a imponência e o respeito e foi jogado na vala comum dos mortais. E a agricultura, este segmento importante e fundamental da nossa economia? Concordamos com a política de atração de indústrias, criando um quadro novo ao nosso estado. Todavia, a agricultura não podia ser abandonada como foi pelo Governador Jaime Lerner. Não existe sequer um projeto em execução atualmente, com exceção do “Paraná Doze Meses” que é tímido. Aquela política com desenvolvimento de 50 e poucas práticas agrícolas fazendo o Paraná modelo para a América Latina deixou de existir, Senhor Presidente. Conservação de solos, preservação do meio ambiente, distribuição de insumos, de implementos, fez com que o Paraná se transformasse no principal Estado brasileiro, superando concorrentes fortes como São Paulo e Rio Grande do Sul. A agricultura era fomentada e apoiada. Infelizmente hoje o agricultor padece e sofre e o Governo assiste calado sem nada fazer. A agricultura familiar deixa o campo e vai embora. Hoje o que se vê? Nada. E em consequência a população abandona a roça com destino à cidade, Deputada Luciana Rafagnin.

Segundo dados do IBGE, 50 mil propriedades foram extintas nos últimos cinco anos e se multiplicar-

mos 50 mil por 4 que é a média da família brasileira temos 200 mil pessoas que, com certeza, vieram engrossar o bolsão de pobreza das grandes cidades, aumentando a criminalidade e a delinquência.

E o que faz o Governo Jaime Lerner para tentar minimizar esta situação? Nada vezes nada. É uma grande pena o que está acontecendo com a agricultura familiar paranaense. A nossa maior preocupação é que com a possibilidade que daqui a muito pouco tempo nada mais seja possível fazer e o Estado com a agricultura de ponta, modelo nacional poderá se resumir a um quadro de desolação, recordações e saudade dos bons tempos aonde a agricultura era valorizada por Governos que tinham preocupação e compromissos com o campo.

E o que falar da reforma agrária, Senhor Presidente? Num lance de auto-promoção o Governador Jaime Lerner com estardalhaço na imprensa, com fogos e rojões, assinou no Palácio Iguazu um contrato com o Governo Federal estadualizando a reforma agrária. E o que aconteceu de lá para cá? Absolutamente nada, a não ser o pioramento da questão no Paraná.

Há meses a Praça Nossa Senhora de Salette foi ocupada pelo MST que ali já inaugurou farmácia, panificadora, horta comunitária e outros. Para recuperar o terreno perdido o Governador tentou desocupar algumas fazendas ocupadas que hoje giram em torno de 120 no Paraná. Porém, saiu pior a emenda do que o soneto. O Governo mostrou-se fraco, incompetente e sem ação para resolver o problema. Perdeu o respeito dos trabalhadores sem-terra, como também dos proprietários de terra e o Paraná infelizmente amarga uma situação de penúria também neste item.

É, com certeza, o Estado da Federação mais problemático e o Governo nada faz. O Governo nem tenta fazer alguma coisa.

E aí perguntamos - e o convênio assinado no Palácio? Não tinha valor? Era só marketing político do Governador Jaime Lerner? Não adiantou para nada? E a situação está aí cada dia pior. Um clima tenso reina no campo, um clima beligerante vive o interior do Paraná. De um lado os sem-terra que não acreditam no Governo e até fazem pouco caso dele, do outro lado os proprietários querendo fazer justiça pelas próprias mãos, desocupando áreas, esparramando a violência, fazendo com que o clima no campo se torne mais pesado e violento. Essa é a situação que chegamos.

Para se ter uma idéia, Senhor Presidente, do inteiro descabro reinante no Paraná vamos aos números fornecidos pelo INCRA: de 1987 até 1999 ocorreram no Paraná 296 ocupações de propriedades rurais, só na gestão do Governador Jaime Lerner foram 221 ocupações, ou seja, 76% do total de ocupações verificadas no Paraná. Somente em 99 ocorreram no Paraná 39 ocupações, ou seja, mais do que a metade de todas as ocupações ocorridas no Governo José Richa, Álvaro Dias e Roberto Requião. Por outro lado, das 25 fazendas desocupadas este ano onze foram em entendimento entre os

sem-terras e os proprietários da área, sem a interferência do Governo. O que fica evidenciado que foi um erro grave a assinatura do contrato de estadualização da reforma agrária, o Governo Jaime Lerner deu um tiro no próprio pé ao tentar fazer um jogo de *marketing* político. Desde aquele infeliz dia o problema só se avolumou e as coisas pioraram. O Governo tentou fazer um gol e deu um tiro, e marcou um gol contra.

Por isso, Senhor Presidente, é que aqui estou. Existem hoje oito mil famílias para serem assentadas, enquanto o Governo se desculpa dizendo que possui condições de assentar em torno de duas mil. O que fazer então? É lógico que o MST não abrirá mão dos seus objetivos, tem bagagem, possui experiência e sabe muito bem o que está fazendo, trata-se da organização social mais bem estruturada em atividade no Brasil, então não será com promessinhas, com pó-de-arroz, com ameaças que se resolverá a equação; é preciso ação, é indispensável querer resolver o problema e não ficar brincando de esconde-esconde, torcendo para que o problema se resolva pelas próprias circunstâncias.

Olha o que fez o Governador do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, mesmo governando um Estado diferente do Paraná, hoje, dia 24 de novembro, lançou o programa da reforma agrária estadual, aonde o Governo do Estado, com dinheiro do Tesouro do Estado, irá assentar, Senhor Presidente, lá no Rio Grande, 900 famílias, irá comprar dezesseis mil e cem hectares de terra, não para fazer propaganda, não para usar os meios de comunicação para assinar convênios, porque lá no Rio Grande o Governador não assinou convênios porque ele sabe que a reforma agrária é de competência do Governo Federal, mas o Governo faz acontecer, está fazendo o seu próprio programa de reforma agrária comprando terras com recursos do Tesouro do Estado e fazendo a reforma agrária sair do papel e do discurso para fazer o assentamento de famílias trabalhadoras que vivem hoje à margem de uma vida decente e digna.

Sempre defendemos a reforma agrária, ela é necessária e fundamental para corrigir as injustiças praticadas na época da colonização do Paraná. Entretanto, é preciso analisar o que está ocorrendo hoje no Paraná, é uma situação preocupante, e que nos faz aqui meditar, é um mau exemplo de como as coisas não devem ser; e o pior é que o Governador Jaime Lerner está quieto, está calado, sem nenhuma atitude; assim como fez Pôncio Pilatos, que para não tomar decisão em relação a morte de Jesus Cristo, lavou as mãos. Nenhuma palavra do Governador. E o clima no campo é de guerra, é de sangue. Não. Não dá para entender. O Governo é omissivo, não fala, não diz, não age. Como que deseja ocupar o cargo maior desse país, se não tem posição, é omissivo, se estão, aqui, na porta do Palácio, os trabalhadores? E o governo não fala nada, não age não diz, não apresenta proposta, não tem *pedigree* para chegar ao Palácio do Planalto. Porque quem quer ser presidente, tem que tomar posições, nem que seja para agradar uns e para desagrar-

dar outros. Governante que se preza tem que ter linha, tem que ter rumo, tem que ter norte - não pode agradar a gregos e troianos. Não pode fazer de conta. O problema está ali na frente do Palácio Iguaçu. Não está escondido nas barrancas do Rio Piquiri, do Rio Iguaçu, do Rio Ivaí, está aqui, Senhor Presidente.

Ainda, ontem, lá no Noroeste do Estado, fazendas foram ocupadas por milícias de proprietários rurais. É um desaforo ao governo, porque a sociedade não acredita mais nele: nem os proprietários, nem os sem-terra, ninguém mais acredita, pois o governo está inerte, quieto, calado. O Governador nada faz, nada fala e não pronuncia uma sequer palavra.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, lamentavelmente o Paraná, este modelo da Federação, que eu lá do interior de São João, estudante de uma escola isolada, aprendi a gostar e a amá-lo. A Professora, Dona Maria, enchia o peito e falava, com orgulho da vanguarda do nosso Estado. Criança ainda, um sentimento de fé e de esperança se apoderava da minha alma. Cheguei a sonhar se um dia fosse Deputado, talvez, pudesse ajudar ainda mais o meu Estado, que já era o maior, a crescer e a se desenvolver, fazendo todo o seu povo feliz. Leda imaginação de criança.

Hoje aqui estou e quisera deus e o destino que para esta Casa, parte da população do Paraná me mandasse como um de seus representantes, para que não só acompanhasse, mas também vivenciasse as modificações, as melhorias que o meu Estado deveria ter.

Infelizmente, há pouca coisa a se comemorar. O relato é dramático e a situação é perversa, Senhor Presidente. Precisamos de ações. Não podemos ficar nos enganando através da propaganda, da mídia, de que as coisas estão bonitas, que o Paraná é um mar de rosas. Não. Não podemos nos enganar. O Governo tem que agir, tem que fazer, tem que cumprir a sua parte, tem que fazer o dever de casa e, infelizmente, não está fazendo.

Fiz este relato e a realidade é esta. Espero que o governo Jaime Lerner saia do casulo - possa sair, ali, na frente do Palácio, chamar os sem-terra, os proprietários de terra, chamar esta Assembléia e dizer: vamos encontrar uma fórmula para amenizar a situação grave que vive o Paraná, hoje. Não com conversa e propaganda, porque disso o povo do Paraná está cheio.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Passa-se ao Horário das Lideranças: PFL, PSB.

**(Declinam)**

PTB. Com a palavra o Deputado Algaci Tulio.

**O SR. ALGACI TULIO**

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na manhã de hoje, a Comissão de Educação da Assembléia esteve reunida, ocasião em que recebemos a visita da Secretária Estadual da Educação, Professora Alcione Saliba, a Professora Zélia Marochi, outros asses-

sores da Secretaria que, em respeito ao convite feito por este Plenário, estiveram à disposição dos Senhores Parlamentares, especialmente daqueles que compõem a Comissão de Educação, Deputado Antonio Annibelli, que presidiu a sessão, deputado Pastor Praczyk, Deputada Luciana Rafagnin, a minha pessoa, mais os Parlamentares Edgar Bueno, Chico Noroeste, Tony Garcia e o vice-Presidente da Casa, Deputado José Maria Ferreira.

Creio que tivemos um excelente momento para ouvirmos a Secretária já que, ansiosamente, aguardávamos uma oportunidade. Num convite anterior, feito pela própria Comissão de Educação, quando por ocasião da discussão do transporte escolar, que reuniu aqui no Plenário desta Casa dezenas de prefeitos do interior do Paraná, que desejavam, naquela ocasião, ouvi-la. Houve um problema, o avião não conseguiu descer aqui no Aeroporto Afonso Pena, ela estava em Brasília, não foi possível naquela ocasião. E até foi interessante este adiamento da Secretária porque possibilitou a sua vinda num momento que esta Assembléia discute a questão do novo calendário escolar. A Comissão de Educação, já desde a sua instalação, com a Presidência do Deputado Irineu Colombo, já vem discutindo, não só a questão do calendário escolar mas outras questões atinentes à área da Educação. Matérias importantes que terão que ser submetidas, ainda, ao crivo deste Plenário, para que possam ser, evidentemente, implantadas, no próximo ano.

Mas, excepcionalmente, neste momento, discute-se a alteração do calendário escolar, até porque era um desejo, já alimentado pelos prefeitos do litoral do Paraná, que, há 3 anos, vêm tentando, sem sucesso, encontrar a sensibilidade, por parte da Secretaria da Educação, para mexer no calendário escolar. Porque, na verdade, não se mexe facilmente, não se trata de trocar a data do início de aula e final do período escolar. Isso mexe com a comunidade escolar, com o aluno, com o pai do aluno. Mexe com a funcionária da escola, com a merendeira, com a copeira, com a zeladora. Mexe com a professora, mexe com a direção da escola e mexe, sobretudo, com todo um setor que são os grupos de Educação da Secretaria.

No entanto com a chegada da Secretária Alcione Saliba, à Secretaria da Educação, este diálogo ficou mais fácil, a conversa ficou mais agradável, afinal de contas, pela simpatia da Secretária, pela sensibilidade da Secretária, que o diga o Deputado Antonio Annibelli, que rasgou elogios a nossa Secretária, hoje pela manhã. Na verdade, ficou mais fácil o diálogo com a Secretária e os prefeitos puderam, já em duas ocasiões, ir à Secretaria, conversar com a Secretária, com assessores da Secretaria que colocaram, em cima de propostas, já apresentadas, algumas contrapropostas. E, uma delas, foi trazida hoje, portanto, ao Plenário da Comissão de Educação, onde puderam os Senhores Parlamentares, utilizar, durante aproximadamente, uma hora e meia, da presença da Secretária, para dirimir algumas dúvidas. O próprio Deputado Tony Garcia, que apresentou um projeto, nesta

Casa, pode, evidentemente, ouvir da Secretária e dos assessores, argumentações em cima do seu projeto de lei.

Até quero aproveitar para dizer que estou sendo tachado de: Deputado escalado para defender a proposta da Secretária. Não é verdade, estou escalado para defender a proposta do interesse da comunidade escolar, aliada ao interesse da atividade econômica, que é o interesse dos municípios do litoral do Paraná.

Porque tenho me reportado pela inconstitucionalidade do projeto do Deputado Tony Garcia, muita gente tem entendido que sou contra fazer as aulas começarem no dia 28.02. Quem é que não quer, quero, o Pessuti, quer, o Deputado Antonio Annibelli quer, o Tony Garcia quer, os prefeitos querem. Só que para tudo isso tem uma matemática que não pode se tornar matemática. E esta matemática, foi o que a Secretária mostrou hoje na Comissão de Educação.

A contraproposta apresentada pela Secretária possibilita àquilo que já comentei aqui. Se não estou enganado na segunda-feira ou na última quinta-feira, que é o início das aulas, no dia 16.02.2000. Isso seria numa quarta-feira, meio de semana, para evitar que se comece numa segunda-feira, e os pais lá com as férias, junta todo aquele material, todo aquele equipamento, vem correndo para casa e fica até meia noite, preparando material escolar para segunda-feira pela manhã, o aluno ir para a escola.

Então vem numa quarta-feira, que já é bem mais tranquilo. Início das aulas numa quarta-feira, antes era flexível no dia 07 a dia 14. Então começando no dia 16, teremos evidentemente 15 dias como argumentava há pouco o Deputado Antonio Annibelli. Quinze e não treze, até porque tivemos até, foi interessante a discussão, porque tivemos até que olhar o calendário. Porque quando mexe com datas é muito complicado. De repente surgiram dois ou três calendários na Comissão. Um calendário do Deputado Praczyk, parecia que estava errado, no entanto, era o que estava certo o outro que tinha uma data com outro dia. No entanto, ficou um pouco tumultuada a questão desses treze dias do mês de fevereiro.

Então se dias 14 e 15 de fevereiro, são, - como já tinha comentado com o Deputado Orlando Pessuti, - reuniões para a preparação pedagógica e exige apenas o retorno dos professores à escola. As aulas começam no dia 16 e portanto, quinze dias de férias no mês de fevereiro. 31 dias no mês de janeiro, quer dizer, o mês todo fechado de férias. 07 dias no mês de julho. Este é o ponto que está criando uma certa preocupação por parte da APP Sindicato, que acha que sete dias de férias, depois de um período de fevereiro até julho, seriam pouco, para o professor se recuperar da questão emocional, do stress, aquela coisa toda, que também temos essa preocupação. E dez dias no mês de dezembro. Teríamos aí um total de sessenta dias de férias. Cem dias letivos no primeiro semestre e cem dias no segundo semestre.

Evidentemente que nesse meio todo, temos os recessos, por exemplo, um feriado numa quinta-feira, por

exemplo, ele seria emendado com o dia útil da sexta-feira, conseqüentemente quem estaria na praia ou quem estaria viajando, já não tenha que se preocupar em voltar na quinta-feira, vir para a aula na sexta-feira e retornar ao litoral no sábado.

Então, houve esses encaixes todos aí. Quero crer que a proposta, se ainda não é acabada, até porque a Secretária deixou bem claro isso, 95%, esta proposta começa a funcionar já a partir do ano 2000. falta ainda, um sim do Conselho de Educação, que a Secretárias mesmo garantiu pela manhã, que ela não vai encontrara essa dificuldade. E evidentemente um entendimento com a APP Sindicato, com relação os sete dias, nove dias do mês de julho.

Então evidentemente que esses números aqui de janeiro, fevereiro, julho e dezembro pode ter uma pequena alteração. Mas de qualquer maneira o fundamental é o início e o final das aulas. Esse meio aqui é uma questão de entendimento entre a classe dos professores entre a APP Sindicato e a própria comunidade escolar. Foram respeitados aqui neste Calendário os feriados municipais. Foram respeitados e portanto, se encaixando dentro dessa proposta colocada pela Secretária ao Sr. Alcione Salib.

Concedo um aparte ao Deputado Orlando Pessuti.

#### **O Sr. Orlando Pessuti**

Quero cumprimentar V. Exa. por trazer essa matéria importante a todos desta Casa e a imprensa.

Nós que temos estado seguidamente no litoral do Paraná, onde temos o nosso apartamento e passamos as férias do final do ano junto com a nossa família. Sempre que lá estamos pessoas de lá conversam conosco e a reclamação é generalizada com a referência ao início das aulas. Todos sabemos que o clima apropriado para o lazer nas praias do Paraná acontece no mês de janeiro e fevereiro.

São praticamente dois meses de temporada. E os comerciantes, os empresários ligados ao setor que presta serviço ao litoral do Paraná sofre quando o mês de fevereiro é cortado ao meio em função do reinício das aulas. Sem contar que o mês de janeiro é um mês chuvoso.

É de enaltecer esse trabalho que V. Exa. faz junto com outros Parlamentares que atuam politicamente no litoral do Estado do Paraná. Porque é desta forma, com discussão provocada com todos aqueles argumentos já utilizados no Plenário.

E agora de forma mais contundente com o projeto do Deputado Tony Garcia é que vamos ajustar as questões ligadas aos interesses do nosso litoral, aos interesses do povo do Paraná como um todo em ter um espaço maior nesse lazer. E a necessidade de poder cumprir o calendário mínimo escolar dentro da LDB e os propósitos educacionais da nossa Secretaria.

Isso são coisas que temos, aqui na Assembléia Legislativa, como faz V. Exa. agora, como vai fazer o

Deputado Antonio Annibelli para que possamos dar o valor que nosso litoral precisa.

E essa questão de ajustar o calendário além de ser uma reivindicação de nossos familiares, é uma questão de toda a população paranaense.

Cumprimento V. Exa. e antecipadamente cumprimento o Deputado Antonio Annibelli que irá abordar uma questão de interesse do nosso Estado e litoral.

Muito obrigado!

#### **O SR. ALGACI TULIO**

Vejam, no período entre dezembro e fevereiro temos mais de 50 dias para o lazer. E a Secretária abriu outra possibilidade, pois em outros países não se tem férias no mês de julho.

Então poderiam jogar os dias do mês de julho para o mês de fevereiro, chegando até o dia 28 de fevereiro. Seria Interessante. Isso vai ser adaptado na discussão que teremos o ano que vem, junto com a Secretária de Educação, junto com APP Sindicato.

O ano que vem, não vou dizer, mas a Secretária mediante um ato administrativo já em cima da portaria já divulgada, vai fazer a alteração, já colocando 16 de fevereiro, 21 de dezembro, os dias de férias para os meses e, evidentemente, baixando esse Ato Administrativo, está solucionando a questão do calendário Escolar para o ano que vem.

Vamos torcer que dê tudo certo, esperar que possamos cada vez mais contribuir e ter a compreensão, o que é mais importante da Secretaria.

A Secretaria de Educação serve de exemplo para todos em relação as outras secretarias, que às vezes até deixa um pouquinho a desejar.

A Secretária com a simpatia com a sensibilidade dela, ela foi muito positiva e deixou o canal muito aberto para que esta Casa possa sempre contribuir e apresentar as devidas sugestões.

#### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

A Mesa anuncia com satisfação a presença do Vereador e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cafelândia, o Sr. Valdir A. de Silva.

Seja bem-vindo.

No Horário do PFL, com a palavra o Deputado Luiz Carlos Alborghetti.

#### **O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI**

Sr. Presidente e Srs. Deputados, antes do Deputado Annibelli trazer a tônica algo de fundamental importância para esse Parlamento, quero falar aqui, em meu nome e em nome do Deputado Geraldo Cartário.

Tem coisas que não entendo, Deputado Pessuti, concordo com o projeto do Deputado Algaci, acho importante às famílias descenderem para o nosso litoral, para passarem as suas férias. Mas, também, acho importante pensarmos no saneamento básico das praias do Paraná.

Fui a Guaratuba e fiquei impressionado, toda sinalizada, toda estruturada, um espetáculo. Daí volto para Matinhos, parece que está tudo abandonado, jogado ao léu, parece que não vai para a frente, nem Praia de Leste, nada. Tudo a mesma coisa.

Então penso que tínhamos que aplicar no litoral do nosso Estado do Paraná. Estamos à 100 km do litoral, tenho votos no litoral do Paraná, em Paranaguá, Matinhos e Praia de Leste, como tem o Deputado Algaci, como tem outros valorosos Deputados desse Parlamento.

Agora estou sentindo que Curitiba inteira está indo para Guaratuba, porque está virando cartão de visita das praias do Estado do Paraná.

Não sei o que está faltando lá em Matinhos, nada vai para a frente, nada se resolve, o prefeito vai lá faz uma quadra, uma praça o outro vai lá e destrói. Não estou entendendo o que está acontecendo.

Srs. fui fazer um teste daqui ao balneário Camboriú falta uns trechinhos para chegar lá, duas pistas. O Paraná inteiro está indo para o Balneário Camboriú e para as praias de Santa Catarina. E temos duas pistas aqui, 100 km.

Vou, Miltinho, o Geraldo, todos com as nossas famílias, todos vamos. Peço, pelo amor a Cristo, pelo amor de Deus, precisamos investir no litoral do Paraná. Quero parabenizar o jornalista Luiz G. Mazza, no programa da CBN, que falou que temos que aplicar no saneamento básico do litoral.

Não adianta ir à praia e não ter água e não ter banheiro. temos que aplicar no litoral do Paraná. Por que? Porque não dá voto fazer saneamento. Só dá voto é plantar árvores, fazer calçada, fazer asfalto? Temos que aplicar lá em baixo. Saneamento básico para que as famílias cheguem às suas residências, tenham condições de tomar banho, não falte água, que tenha esgoto.

Por exemplo, na última chuva em Caiobá, em algumas ruas tínhamos que nadar de barco. Pelo amor de Deus!

O Sr. vai a Guaratuba e não acontece nada disso. O que está acontecendo?

### **O Sr. Algaci Tulio**

V. Exa. me permite um aparte?

**(Assentimento)**

Evidentemente que o litoral está carente e isso vem de anos e anos. É uma dívida que os governos têm para com o litoral, mas em que pese tudo isso, estamos vendo obras acontecerem no Paraná.

Por exemplo, no ano retrasado tivemos enchentes tanto em Caiobá, em Pontal do Paraná e em Guaratuba.

Em janeiro deste ano, não tivemos enchentes no nosso litoral, porque foi feito todo um trabalho de dragagem. Os ambientalistas entraram com uma ação contra a SUDERHSA e o nosso Secretário Nicolau está respondendo a uma ação na Justiça, porque tirou areia, tirou mato que estava cobrindo o canal, quer dizer, veja a dificuldade que tem o próprio governo de atuar no litoral

do Paraná. É o problema dos ambientalistas que têm as suas posições e a Promotoria do Meio Ambiente faz a ação e dificulta a ação do governo do Estado.

Quero dizer que além da limpeza de canais, temos ações que os prefeitos estão fazendo. Em Matinhos, o novo prefeito está fazendo um novo terminal rodoviário. Investiu na área de educação, urbanizou bastante a cidade, mas claro que falta. Reconheço e entendo a sua preocupação, porque eu que sou uma constante presença no litoral, tanto na temporada como fora da temporada, sinto isso. Mas estamos a cada dia, avançando e melhorando a qualidade do nosso balneário.

### **O Sr. Geraldo Cartário**

Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado Alborghetti?

**(Assentimento)**

O problema de Matinhos, no caso específico que envolve o litoral, V. Exa. deve recordar que há uns dois, três ou quatro anos atrás, eu e V. Exa. apresentamos um projeto que foi aprovado. Chegou a sanção do Governador, foi vetado. Mudava o calendário escolar. É o projeto que está nos Anais da Casa, assinado por V. Exa e por nós. Houve o veto e o Secretário da Educação era o companheiro Elias Abraão.

Houve, por parte do setor técnico da educação, que não seria fácil mas que iriam estudar e posteriormente poderiam apresentar alguma coisa diferenciada do que vem acontecendo hoje, prejudicando o povo do litoral que vive da presença do turista. O litoral sofre com as enchentes no verão, onde Matinhos e outros municípios ficam com as ruas intransitáveis.

Hoje, na orla marítima de Matinhos e Caiobá, onde tenho a honra de ter sido o Deputado mais votado, tenho pedido ao governo, principalmente aos setores da PARANATUR, já há muitos anos atrás, que ali fossem construídos banheiros para veranistas. Os restaurantes tradicionais, pedimos que os deixassem ali na orla, construam e peçam a concessão, o direito à Marinha para ali construírem banheiros para a população, porque nos dias de Carnaval e no final do ano, milhares e milhares de pessoas ficam ali sem ter lugar para ir. Vossa Excelência sabe e tenho me somado ao seu trabalho, visto que o Deputado Alborghetti é, sem dúvida, o Deputado que mais tem presença no setor de assistência social, tanto V. Exa. como a senhora sua esposa, vem ajudando há muitos anos o povo de Matinhos que é um povo carente, porque esse povo tem um mês ou dois, durante o ano, para sobreviver. Fora disso, precisa do apoio de V. Exa. e de outros companheiros.

O que acontece hoje, Deputado, é que o Governo do Estado, está aí o problema da ressaca que aconteceu há dois anos atrás e até hoje não foi consertado. Segundo informações houve um superfaturamento por parte da SUDERHSA que recebeu recursos e passou para uma empreiteira e nada aconteceu, nada foi feito.

Enfim, o que está acontecendo em Matinhos e não digo Guaratuba porque não conheço de perto, mas está muito bem mas, no caso de Matinhos, também representada pelo Deputado Kielse que hoje é quem atende o Prefeito e vem atendendo muito bem, tanto é que a prefeitura se encontra em boa situação perto das demais que estão por aí, é uma prefeitura que tem dinheiro em caixa, está pagando em dia, mas na parte do Governo do Estado, é que seja realmente feito um planejamento para atender o litoral, que o pessoal da Indústria e Comércio, da Secretaria de Turismo vejam os municípios, se Santa Catarina ver o litoral, vão para São Paulo aprender a atender a nossa população. Era isso o que queria colocar aqui, porque o povo recebe hoje, é, simplesmente, funcionários do Estado, atrás de diárias, perturbando os comerciantes, fiscalização ostensiva, fiscalizando tudo, perturbando a vida do comerciante e que queremos deixar aqui registrado.

#### O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Fui ao Rio e tive o atrevimento de fotografar toda a orla da Barra da Tijuca e trouxe para cá, para ver se a gente fazia idêntico ao que o prefeito Cezar Maia, do PFL, fez lá na orla da Barra da Tijuca. Me tacharam de louco! Falei que seria uma concessão. Aluga-se as barracões como o Prefeito Cezar Maia fez e como outros fizeram.

Temos que aplicar. Guaratuba está linda. Por que o resto do litoral não está lindo? É esse o meu desabafo.

#### O Sr. Beraldin

Vossa Excelência me permite um aparte?

##### (Assentimento)

Vossa Excelência fala do litoral do Paraná e alguns Deputados já se manifestaram em relação aos problemas que tem o litoral. Acho que deveríamos tratar a questão do litoral, como uma questão especial. Como o governo deveria fazer? Acho que ele deveria integrar todas as suas Secretarias e de todas as ações do governo num órgão e que ele juntasse todas essas Secretarias, de Saneamento, de Segurança, de Energia e fizesse um trabalho integrado muito especialmente para a época da temporada.

Os problemas de lá são os problemas comuns, como são comuns os problemas metropolitanos. Hoje aqui tem uma Mensagem do Governo que iremos votar, que dá autonomia à COMEC para que ela trate os assuntos metropolitanos do Estado, como são comuns os problemas de Maringá, de Londrina, de Cascavel, do Norte Pioneiro não vou nem falar. Porque também teríamos que ter uma ação integrada, porque ali é onde se verifica a grande dificuldade de emprego, de qualidade de vida, enfim, mas o Governo manda uma Mensagem onde ele quer ampliar a ação da COMEC para as regiões metropolitanas. E eu incluiria, ali, o litoral. Porque o litoral merece uma atenção do Governo.

Para encerrar, Deputado, este Deputado que vos fala, com o seu apoio, fizemos uma lei que se chama “Lei do ICMS Ecológico”, que já repassou ao litoral mais de 20 milhões de reais. Guaratuba já deve ter recebido 6 ou 7 milhões de reais, Guaraqueçaba também recebeu em torno de 6 ou 7 milhões, Antonina, Morretes. Todos esses municípios mais que dobraram a sua arrecadação com a lei. Era essa nossa contribuição.

#### O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Concedo um aparte ao Deputado Moysés Leônidas.

#### O Sr. Moysés Leônidas

Deputado Alborghetti, acho que é muito importante que V. Exa. também traga esse problema e outros Deputados já têm feito. E queria até colocar uma pitada de paranismo nessa sua locução. A questão realmente é dotar de uma estrutura. O Paraná não acordou ainda para essa questão nossa, do nosso litoral, e para o turismo que é a segunda maior indústria do mundo hoje. Sempre foi. E hoje muito mais o homem, o cidadão está investindo na sua qualidade de vida, está viajando, está gastando um pouco mais quem tem, até quem não tem o dinheiro na questão do lazer e da própria melhoria da qualidade de vida.

Tiro com base, V. Exa. é da minha cidade e sabe, o londrinense, por exemplo, ele não tem por hábito e nenhum incentivo para passar as férias dele aqui - no seu grande percentual - no litoral do Paraná. O londrinense vai para o Guarujá ou vai para Santa Catarina. Lembrome, por exemplo, que quando criança, ouvia que o Estado de Santa Catarina era só a passagem para a gente chegar do Paraná no Rio Grande do Sul. E hoje até tomamos uma posição, hoje, destacada a nível nacional com relação ao Rio Grande do Sul, mas o Estado de Santa Catarina está dando um banho em termos de turismo no Paraná. Então só para concluir. Conversei com o empresário Beto Carrero e ele me disse que conseguiu do Governo Federal, através da influência dele - fora o Governo de Santa Catarina, - sessenta milhões de dólares para a ampliação do Aeroporto de Navegantes.

Então o que está faltando aqui é um trabalho conjunto para fazer do nosso litoral, e água é recurso e dinheiro no mundo inteiro, para que as nossas praias sejam dotadas inclusive de trabalho fora para trazer o turista para cá. Não só o turista de fora mas o paranaense também.

Obrigado.

#### O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Neste um minuto concedido, concedo trinta segundos ao Deputado Cleiton Kielse.

#### O Sr. Cleiton Kielse

Deputado Alborghetti, eu, de forma nenhuma venho corrigir o Senhor nesse seu discurso. O senhor é meu amigo,

conhece muito bem o litoral do Paraná, talvez mais do que esse Deputado que vos fala, mas acho que, neste momento, estamos passando um momento de vitórias dentro do Município de Matinhos. Temos listados e vou lhe mandar um convite para as próximas obras, 32 obras a serem inauguradas nesse período agora de dezembro até o mês de junho do ano que vem. Dentre elas, algumas o Deputado Geraldo Cartário já citou aqui, como os banheiros nas avenidas principais - na orla marítima. Os acessos principais, estamos pavimentando todos eles agora. A nova rodoviária que vai atender todo o litoral do Paraná. Conseguimos 300 mil reais para a Cidade de Matinhos e mais 26 obras que completam uma série de obras que estaríamos aguardando há mais de 10 anos.

Queria concluir, dizendo a todos os Deputados, que já acertamos com o Cel. Guaraci, não só para Guaratuba, que quem representa é o Deputado Nelson Justus, e que representa a cidade de Guaratuba, mas este ano vamos ter o maior índice de policiais militares da história do Paraná dentro do litoral, principalmente em Matinhos.

Nesse sentido, não vou discutir a questão da Situação ou Oposição, Deputado Alborghetti, mas reitero a minha posição por que Matinhos nesse momento vive um momento de vitória, e não talvez o que estão preconizando nos bastidores, que estamos tendo desgraça, estamos em dia com o funcionalismo, 13º já está previsto, temos obras a serem inauguradas, e que convido o Sr. e todos os outros Parlamentares.

Obrigado pelo aparte.

#### O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Não tenho nada contra o prefeito, nada contra ninguém, Deputado Kielse, nada.

A minha preocupação é uma só, é o Governo do meu Estado aplicar nas praias do Paraná. É isso que quero.

Esqueça o prefeito, vamos esquecer os vereadores, vou ser homenageado com o título de Cidadão Honorário em Matinhos, pelos meus trabalhos prestados na área de ação social.

Não estou preocupado com o título, com nada, o que quero é que faça em Matinhos, o que está sendo feito em Guaratuba, quero que faça lá também, não só as obras, quero ver o povo entrando no mar. Quero atrações, quero alegria.

Quando chega no carnaval o Deputado Nelson Justus desce para fora, desce lá para baixo e transforma Guaratuba na Rede Globo, aparece no Brasil inteiro. Em Matinhos aparece uma tal de Matinhosbanda, oh! Pelo amor de Deus!

Quero mudar. Vamos mudar. Precisamos de dinheiro. Vamos injetar no nosso litoral. É jogar dinheiro, mas jogar dinheiro para o turista, não deixar o turista ir para Santa Catarina, para o Rio de Janeiro; que vá para Guaratuba, que vá para Caiobá, mas não só Caiobá, meu Deus do céu! A praia do lado de cá que caiu tudo,

derrubou tudo, é ali que o pobre tem que tomar banho, ali também tem que ter banheiro, ali também tem que ter alegria, ali tem que ter felicidade como tem Guaratuba.

Quando chega o carnaval, o carnaval de Caiobá e Guaratuba é “Caiobanda”... Depois tem um tal de “Res-sacão”, e aparece o Nelson Justus, com todo o respeito, na praia de Guaratuba, sai no “Jornal Nacional”, sai em tudo quanto é lugar, e o resto do lado de cá não sai em lugar nenhum. Me perdoe.

É só isso que quero, quero dinheiro para o litoral, meu Deus, alegria para o litoral.

#### O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

PMDB. Com a palavra o Deputado Antonio Annibelli.

#### O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A sessão está animada, não sei se foi a euforia da visita da Secretária da Educação, Alcione Saliba, que motivou os debates.

Quero agradecer ao Deputado Algaci Tulio, ao Deputado Tony Garcia, aos membros da Comissão de Educação que proporcionaram esta visita inteligente e competente, simpática, da mulher paranaense, que na qualidade de vice-Presidente da Comissão de Educação e substituindo o Deputado Irineu Colombo, que encontrasse licenciado, mas tendo em seu lugar a Deputada Luciana Rafagnin, que nos honrou e representou a mulher desta Casa naquela reunião, foi uma reunião inteligente, uma reunião de relevantes serviços prestados ao Paraná.

Deputado José Maria, 2º vice-Presidente, fazendo às vezes do Deputado Nelson Justus, que estava acompanhando o Governador no Município de Pinhais, debatemos a educação do Paraná.

Vimos na Secretária, uma senhora muito inteligente, competente, e que o Governador, parece-me que além da feliz escolha foi muito feliz na pessoa da Secretária. Dizer que estes debates engrandecem a nossa Casa.

E por isso, Deputado Alborghetti, Vossa Excelência traz também, na tribuna, o problema do litoral paranaense, e o debate na Comissão de Educação foi a respeito do turismo, da mudança do calendário escolar para que a população paranaense viesse ao litoral incentivar o turismo que é uma grande indústria do Brasil, do mundo inteiro e queríamos que isso também viesse proporcionar ao nosso litoral a inteligência do povo paranaense e a oportunidade de conhecerem as mais belas praias deste Brasil, porque o nosso litoral, apesar de abandonado, continua trazendo cada vez mais pessoas, gente do Brasil inteiro.

Talvez nós, paranaenses, não valorizamos tanto o nosso litoral, mas a gente brasileira, vindo para o sul, passando por Guaratuba, Matinhos, Paranaguá, Caiobá, Pontal e indo para Camboriú, para Torres, Tramandaí, litoral



gaúcho, faz com que o Paraná, as nossas praias sejam muito bem vistas.

Não concordo com o Deputado Leônidas, que diz que o turismo do Norte do Paraná vai para o Guarujá, Camboriú, vai a elite, Deputado Moysés, a elite vai para o Guarujá, para Camboriú. Mas o povo paranaense, os nossos estudantes do interior, os professores - Guaratuba tem a sede da Associação dos Professores - com muito sacrifício no fim de ano, talvez um Deputado pagando um ônibus ou eles fazendo um sacrifício da arrecadação do ano inteiro, eles vêm curtir 10 dias, uma semana, nas praias paranaenses, aproveitar e conhecer o litoral do Paraná.

Acho que, talvez, este Governo não tenha investido tanto no litoral paranaense. Mas o Governador José Richa foi o melhor Governador que o Paraná teve para o litoral, o Governador João Elísio foi também, Richa foi para Guaratuba, o melhor. João Elísio e Álvaro Dias foram os melhores Governadores para Matinhos e Caiobá. O Governador Mário Pereira foi o que inaugurou essa estrada maravilhosa, a Rodovia da Morte, quantos brasileiros e quantos paranaenses perderam a vida naquela Rodovia da Morte, e a duplicação veio como a duplicação a Paranaguá, a duplicação de Paranaguá a Caiobá, foi investido no litoral do Paraná.

Sinto neste Governo a falta da presença física também, o que é muito importante, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a presença do Governador, a presença do Prefeito de Curitiba. O Governador - não critico o Governador Jaime Lerner, mas o seu turismo não é feito no litoral paranaense. O Prefeito de Curitiba, o seu turismo é feito em Florianópolis.

Então, temos que valorizar, mas sem que 80% ou 90% dos Deputados tenham a sua casa ou a casa de seus parentes, mas vão curtir as férias no nosso litoral.

Concedo um aparte ao Deputado Moysés Leônidas.

### **O Sr. Moysés Leônidas**

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e digo, com relação ao Norte do Estado, e com sentimento, acho que deveríamos realmente trazer até a elite, se fosse o caso, realmente, para as nossas praias do Paraná. Mas, só para ilustrar, temos um estudo econômico que fiz enquanto Secretário de Administração de Londrina, na grande Londrina, na Região Metropolitana de Londrina, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, saem de lá 300 mil pessoas com destino ao mar, às praias. E que essas pessoas gastam, per capita, 10 dólares/dia.

Então veja Vossa Excelência o que perdemos só com o Norte do Estado, com a Região metropolitana de Londrina. Se cada cidadão gasta 10 dólares, em torno de vinte reais hoje, é algo em torno de quase um milhão de reais ou mais até, por dia, que perdemos só com a falta de atração do litoral paranaense, lá numa quantidade

maior. Acho que muita gente vem, o abastado vai para outro canto, ele poderia ser atraído

Então, estou somando e com sentimento que estamos perdendo estas divisas, até porque também tenho interesse muito grande que o nosso litoral seja forte. Só para esclarecer Vossa Excelência.

### **O SR. ANTONIO ANNIBELLI**

Agradeço Vossa Excelência, e convidaria que Vossa Excelência também agora nosso querido companheiro, Deputado inteligente, competente, se somasse à nós, os Deputados, para frequentar o litoral paranaense como o Prefeito Antonio Belinati, a vice-Governadora Emilia Belinati são proprietários no litoral paranaense.

Mas, o que me traz à tribuna, Senhor Presidente, nesta introdução que faço, é exatamente em função do nosso litoral. Estou apresentando um projeto de lei proibindo a circulação de carretas e caminhões através do "ferry-boat" de Guaratuba, que liga Matinhos a Guaratuba.

É impossível, Senhor Presidente, Vossa Excelência que é o Deputado de Guaratuba, que é o nosso mestre na nossa "Guaratubanda", Vossa Excelência é sabedor e os Deputados que frequentam o nosso litoral, o Deputado Nelson Garcia me disse que está fazendo um levantamento, para que as nossas férias tão debatidas não se transformem em tragédia. O litoral do Paraná passou a ser o corredor de carretas e caminhões vindo de Itajaí, de São Francisco para Paranaguá. Dia e noite aquelas carretas em velocidade acima do normal, atravessando as nossas ruas estreitas, as nossas avenidas, pondo em risco a população e que dirá durante o mês de dezembro, janeiro e fevereiro, se isto ocorrer, quantas mortes ocorrerão, quantas tragédias, as famílias que vêm em busca de um lazer, de apresentar, de dar a conhecer as suas famílias o litoral, voltar para casa com uma tragédia, um cadáver? Quantas vezes já ocorreu isto e eu sei disto e os Senhores Deputados são sabedores. Nós não podemos concordar que aquela firma ou empresa faça um acerto e esteja alguém ganhando dinheiro através do esburacamento da nossa rodovia, do risco que estão colocando as nossas pessoas, principalmente aquelas crianças famintas, mal alimentadas, nas rodovias, procurando vender uma latinha de cerveja, uma pipoca, procurando tirar nas férias o seu sustento e talvez o seu dinheirinho para poder estudar e poder comer, ter uma alimentação melhor naquele período.

Levanto, também, Senhor Presidente, a dúvida que durante estes meses está se fazendo no nosso litoral à noite este transporte. Não sei se estas carretas não estão fazendo um roteiro de tráfico de drogas também. Levanto à nossa Comissão aqui que a Polícia Estadual, a Polícia Federal, a nossa Comissão passe a averiguar aquelas carretas na madrugada se não está havendo o tráfico de drogas no nosso litoral.

Acho até que esta Assembléia deveria convocar uma Comissão Parlamentar de Inquérito para nós aden-

trarmos em todos os setores desse problema de drogas que nós sabemos, todo mundo fecha o olho, mas nós sabemos, principalmente no nosso litoral que grandes quadrilhas se escondem durante o período que não é de férias para lá fazerem arrombamentos, para lá se esconderem, para lá fazerem roubos, enfim, para lá se esconderem durante o período da entre-safra do turismo.

Por isso, Senhor Presidente, Senhores Deputados, levanto este problema me somando ao Deputado Algaci, Alborghetti, ao Cartário, enfim, Pessuti, a todos os Deputados, o nosso Presidente, que tem a sua propriedade, a todos os companheiros que sabem dos problemas, porque nós que frequentamos Guaratuba, nos criamos naquela cidade durante a nossa juventude e de lá até os dias de hoje frequentamos quase que mensalmente, indo lá, tendo o nosso patrimônio, conservando, sentindo os problemas da nossa gente.

### **O Sr. Nelson Garcia**

Vossa Excelência me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Agradeço o seu aparte Deputado Annibelli e quero me somar a Vossa Excelência porque eu frequentei os últimos feriados, eu tenho propriedade também ali em Caiobá, e é uma barbaridade. Tive que atravessar a balsa com treze carretas com container em cima que é uma barbaridade. Cheguei a parar para perguntar para o rapaz que trabalha para saber desde quando isso vem acontecendo. Era proibido, e a partir de agora está liberado. E eu fiquei com medo de passar porque chegava quase na água o peso das carretas. Mas eu tive mais curiosidade ainda, eu andando em Guaratuba, que é a terra do Nelson Justus, eu consultei bastante empresários, eu consultei a Associação Comercial, um companheiro da Associação Comercial, sabe o que ele falou: “Pode consultar o comércio, eles não param nem para tomar um café aqui na nossa cidade, só estão usando a bolsa para travessia das 5:00 horas da madrugada, as carretas, e durante o dia também”. Durante o dia estão atravessando junto com os carros de passeio. Isso me fez chegar aqui na Assembléia e fazer um pedido de informação que não cheguei a colocar na Casa, o Líder do Governo, Rossoni, me entregou um documento da Secretaria dos Transportes me informando, me dando toda a cópia do contrato, que está comigo e com o Durval Amaral, o Durval Amaral também tem a prova disso, e essa prova nós vamos levantar junto com Vossa Excelência porque não pode acontecer o que está acontecendo, estão atravessando carro de passeio em feriado, final de semana junto com as carretas, desviando o movimento todo que vem pelo Porto de Paranaguá pelo nosso Litoral, que realmente vem acabando com as nossas estradas.

Muito obrigado pelo aparte, eu me somo com Vossa Excelência nessa caminhada porque tem que acabar com essa situação lá no nosso Litoral.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

E a par disso tenho certeza que o contrabando campeia solto através da nossa Matinhos-Caiobá.

### **O Sr. Luiz Carlos Alborghetti**

Vossa Excelência me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Quero parabenizar Vossa Excelência e dizer o seguinte: a polícia não tem uma bola de cristal para adivinhar o que vai acontecer hoje, nesse exato momento, quem vai assaltar um banco, quem vão cometer um assassinato, etc. Mas eu quero parabenizar porque toda temporada existe no nosso Litoral a maior caça de cocaína e de maconha. Vossa Excelência está coberto de razão, e me arrepio, porque a minha senhora saiu, eu trago a minha senhora para falar com o senhor no seu gabinete, a minha mulher, ela andando, fumar maconha ali no calçadão é a mesma coisa que comprar sorvete. E a minha mulher foi à delegacia, exigiu, gritou, esperneou, e providências foram tomadas. Então, quero dizer a Vossa Excelência, Vossa Excelência está coberto de razão, tem o meu apoio quantas vezes for necessário, e nós temos que levar nesta temporada um grande trabalho na área de segurança para preservar os nossos filhos contra a violência das drogas, porque quando chega a cocaína no Litoral, o senhor pode perceber, no inverno, há uma solta de fogos, o senhor pode contar quantos fogos pipocam; quando chega a maconha há outro tipo de fogos. Isso nós estamos acompanhando há muito tempo. Então, parabenizo Vossa Excelência, providências têm que ser tomadas, este é um Parlamento eleito pelo voto democrático e todos esses Parlamentares que aqui estão, honrados, essas duas Deputadas honradas que aqui estão, estamos aqui do seu lado para defender a família e os filhos do estado do Paraná.

### **O Sr. Algaci Tulio**

Senhor Presidente, Deputado Annibelli, um aparte?

**(Assentimento)**

Quero informar que a grande questão é que todos sabemos que há o projeto da BR-101, que é o trecho que vem de Florianópolis até a divisa com o Paraná, entrando, margeando Guarapuava e saindo em cima, Morretes - seria realmente a grande obra. Mas ela esbarra também mais uma vez na questão dos ecologistas, porque ele vai atingir a Mata Atlântica e isso impede a feitura desta obra.

Quero também informar a Vossa Excelência, que o Departamento de Estradas de Rodagem já determinou uma fiscalização, baixou uma Portaria, em setembro, agora, proibindo o tráfego de caminhões, permitindo tão somente caminhões pequenos, com dois eixos, evidentemente, e o ônibus. O que está faltando, na verdade, é fiscalização, para impedir que isso aconteça. Isso cabe à Polícia Rodoviária Federal, que é a que encobre aquele trajeto, de fiscalizar, multa. Com isso vai intimidar os motoristas de caminhões a trafegar pelo “ferry-boat”.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Agradeço Vossa Excelência. Se o nosso projeto se torna lei, aprovado nesta Casa e sancionado pelo governador, estaremos, além de uma Portaria com uma lei proibindo.

Para encerrar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, apresentei nas disposições transitórias da Constituição de 1.988, autorizando o governo a fazer uma abertura de licitação, para que se construísse uma ponte ligando Matinhos a Guaratuba, com o prazo de quinze anos, para que a empresa explorasse, para cobrir as despesas na elaboração desta obra. Tenho certeza e ainda permanece na Constituição - o Governador Álvaro Dias mandou uma mensagem para esta Casa, não se constituiu em lei. Mas o Governador Jaime Lerner poderia, porque é um homem que gosta de grandes obras, passar para a história do litoral, autorizando a abertura de uma licitação para firmas internacionais. E, tenho certeza, que algumas delas viriam, porque no mundo inteiro existem pontes grandes, esta ponte seria uma ponte de 800 ms, feitos pela iniciativa privada, cobrando pedágio e preparando as cidades, nos corredores, tanto em Matinhos, como em Caiobá, Senhores Deputados, que esse meu projeto não prosperou porque disseram que nós iríamos colocar em risco a vida das crianças, que para o litoral se destinassem. Fiquei amarrado, manietado. Se uma criança morresse com a minha ponte, talvez pesasse na minha consciência uma grande dúvida para a minha ida. Não foi possível. Agora, temos que nos impor, que sem o meu projeto, sem a nossa autorização da Assembléia, está campeando, talvez, a corrupção, através desse ferry boat, para que lá matem, ocorram acidentes e vidas se percam.

Concedo um aparte ao Deputado Ricardo Chab.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Já estamos com dezenove minutos no horário da liderança do PMDB, Vossa Excelência, por gentileza seja rápido.

O Sr. Ricardo Chab

Deputado Annibelli tocou no assunto, que nós da Assembléia não podemos nos furtar.

O Estado do Paraná - temos que pedir isso a nível de Brasília - é o único Estado da Nação, que não passa a BR-101, que é a rodovia litorânea. Ela vem até Garuva e ali ela pára.

Temos uma outra rodovia, que é a BR-376, que não é uma rodovia litorânea.

A rodovia litorânea que costeia o Brasil é a BR-101, começa no Sul do Brasil e vai até o nordeste do país, com o nome de BR-101. Então, não temos a BR-101.

Isso é uma coisa absurda para o Estado do Paraná. Desviou-se o tráfego litorâneo e muitas vezes estou atentamente ouvindo os debates, à falta de pujança do litoral, se deve exatamente pela ausência da BR-101.

Se tivéssemos aqui o empenho, vou colocar isso à Presidência da Casa, se Assembléia se empenhasse, junto

ao governo federal, para que tivéssemos a continuação da BR-101, não teríamos apenas essa ponte, como teríamos o desenvolvimento do litoral do estado.

Há o traçado, o trajeto, o projeto pronto e isto há anos está na gaveta do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem.

Agora o que fizeram, o Rio Grande do Sul, Santa Catarina se empenharam, colocaram out doors, fizeram campanha, obstruíram, por várias vezes a Rodovia BR-101, e conseguiram a duplicação da BR-101. Está lá duplicada, emendou com a nossa BR-417, uma duplicação feita com o dinheiro do Paraná.

Então acho que agente tem que ampliar esta discussão no sentido do que? De levarmos para Brasília, a necessidade de termos, no Paraná, a nossa rodovia, BR-101. Nós iríamos desenvolver, Deputado, nós sairíamos daqui, iríamos cortar toda a Serra do Mar, e íamos sair lá em Santos, é o prolongamento, continua ali a BR-101 mas ela interrompe no Estado do Paraná.

Então sugiro, Deputado e sugiro a Presidência da Casa que esta Assembléia faça um documento, que nós aqui possamos redigir um documento em conjunto, longe de partido político, mas a necessidade do Paraná de nós termos, para desenvolver o nosso litoral, para mostrarmos o nosso potencial turístico.

Porque daí seria obrigatório, o cidadão vai sair, vai de Santos, vai ter que passar pelo litoral do Paraná, obrigatoriamente para ir ao Sul do País, para pegar o Estado de Santa Catarina e do Rio grande do Sul.

Então, sugiro que a Assembléia redija um documento em conjunto, longe de partido político, mas a necessidade do Paraná de nós termos, para desenvolver o nosso litoral, para mostrarmos o nosso potencial turístico.

Porque daí seria obrigatório, o cidadão vai sair, vai de Santos, vai ter que passar pelo litoral do Paraná, obrigatoriamente para ir ao Sul do País, para pegar o Estado de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

Então sugiro que a Assembléia redija um documento pedindo para que retorne a conversação, a análise, enfim para que se desenvolva o projeto e se construa a BR-101, inclusive pagando pedágio, como o Deputado falou.

O SR. ANTONIO ANNIBELLI

Agradeço a benevolência da Presidência, o aparte dos Senhores Deputados e espero, se Deus quiser, na sessão noturna, nós já tenhamos em Regime de Urgência, este projeto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Deputado Antonio Baratter, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o nome da Sra. Deputada para a Suplência da Comissão de Finanças desta Casa. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nelson Justus, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antonio Annibelli, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do Expediente. necessita de apoio. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ademir Bier, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Moysés Leônidas, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados.

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 469/99, de autoria do Deputado Edgar Bueno, que declara de Utilidade Pública, a Federação dos Aposentados e Pensionistas do Paraná, FEAPPAR, com sede e foro no Município de Curitiba. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL  
PROJETO DE LEI Nº 469/99  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada da Utilidade Pública a Federação dos Aposentados e Pensionistas do Paraná -FEAPPAR, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 04.11.99.  
(aa) CESAR SELEME - Presidente  
ANTONIO BARATTER - Relator

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 493/99, de autoria do Deputado Ademir Bier, que declara de Utilidade Pública o Albergue Noturno Luiza de Marillac, com sede e foro no Município de São Mateus do Sul. **Aprovado.**

#### ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 123/99, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, que obriga os construtores de Barragens a proceder a limpeza das áreas alagadas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.E.M.A.. COM EMENDA DA C.C.J.. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. Emenda **Aprovada.** Projeto **Aprovado.**

#### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 530/99, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Município de Paranaguá, como Estância Turística Religiosa - Santuário de Nossa Senhora do Rocio. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.T. COM EMENDA DA C.C.J. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Emenda **Aprovada.** Projeto **Aprovado.**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de lei nº 378/99, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que autoriza o Poder Executivo a criar uma CIRETRAN no Município de Pontal do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S..

Sobre o referido projeto, Emenda Supressiva de Plenário, de nº 01 de autoria do Senhor Deputado Valdir Rossoni, com apoio dos Senhores Deputados Hermas Brandão, Antonio Annibelli e Luiz Carlos Alborghetti, nos seguintes termos:

#### EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 378/99

Pela presente proposição de emenda, suprime-se da redação original do Projeto de Lei nº 378/99, o artigo 2º, e do artigo 3º, que deverá ser remunerado como artigo 2º, suprime-se a expressão "...revogadas as disposições em contrário", conforme segue:

"Art. 2 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação".

Sala das Sessões, em 24.11.99.  
(a0 VALDIR ROSSONI

Apoio:

Herma Brandão, Antonio Annibelli, Luiz Carlos Alborghetti.

JUSTIFICATIVA:

A proposição da emenda justifica-se ante a necessidade de sanear o projeto de lei relativamente à inconstitucionalidade contida no artigo 2º da proposta legislativa, consubstanciada no vício de origem. A iniciativa do processo legislativo que atribui atividade de natureza administrativa a órgão da administração pública, é exclusiva do Governador (artigo 66, inciso IV, da Constituição Estadual).

As providências administrativas decorrentes da aprovação deste Projeto de Lei, serão determinadas pelo Chefe do Poder Executivo, no exercício do seu poder regulamentar.

A supressão da expressão final do artigo 3º “revogando as disposições em contrário”, prende-se a necessidade de aprimorar a técnica legislativa segundo as normas gerais sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das Leis, ditadas pela Lei Complementar 95/98. **O Projeto volta à C.C.J..**

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 087/99, de autoria do Deputado Beto Richa, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica, ao município de Primeiro de Maio. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. e SUBSTITUTIVO DA C.C.J. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 15, de 16.03.99).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 087/99

##### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 087/99, de autoria do Deputado Beto Richa, autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Primeiro de Maio, para a construção de escola pública municipal.

Foram feitas diligências, a pedido desta Comissão de Constituição e Justiça, à Coordenadoria de Patrimônio do Estado a qual, através de vistoria do DECON, constatou que a escola está construída em outra data de terras. Dessa forma, para corrigir a redação da matéria em exame, apresentamos substitutivo apenso.

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 087/99, com as alterações propostas no substitutivo anexo.

Sala das Comissões, em 09.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 087/99

Autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Primeiro de Maio.

Art. 1º - fica o poder Executivo autorizado a doar ao município de Primeiro de Maio, o imóvel de pro-

priedade do Estado do Paraná, constituído pelo lote “A”, matrícula nº 5.526, prot. 31.119, datas 10, 11 e 12 da quadra nº 49, com 772,00 m2, subdivisão da matrícula 5525, registrado no livro 2 do Registro de Imóveis da Comarca.

Art. 2º - O imóvel de que trata esta lei será utilizado para a construção de uma escola pública municipal não podendo ter destinação diversa, sob pena desta doação, tornar-se independente de notificação judicial ou extrajudicial, sem efeito, revertendo o imóvel e as benfeitorias porventura edificadas, ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem direito a ressarcimentos, ficando ainda gravado com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 09.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 457/99, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, fica o Governo do Estado, autorizado através da Secretaria de Estado da Segurança em instalar a Delegacia da Mulher em São José dos Pinhais. **COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Publ. no D.A. nº 105, de 24.08.99)**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 457/99

##### P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 457/99, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Segurança Pública, a instalar a Delegacia da Mulher, em São José dos Pinhais.

Tratado-se de matéria autorizatória, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 457/99, por considerá-lo constitucional, legal e na forma da técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 05.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento nº 2570 de autoria do Sr. Deputado Algaci Tulio, constante do expediente, solicitando a retirada por 02 (duas) Sessões da pauta de Plenário do Projeto de Lei nº 457/99. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 457/99, por 02 (duas) Sessões.

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 533/99, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder

Executivo a firmar, com o Município de Maringá, termo de cessão de uso de prédio, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 143, de 20.10.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 533/99

**P A R E C E R :**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Deputado Divanir Braz Palma, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a firmar, com o Município de Maringá, termo de cessão de uso de prédio, conforme específica.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 09.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

SERAFINA CARRILHO - Relatora

**ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 539/98, de autoria do Poder Executivo Mensagem nº 43/98, que objetiva transformar a atual autarquia da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em Coordenação da Região das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná - COMEP. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J..

PROJETO DE LEI Nº 539/98

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - A Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, criada pela Lei nº 6.517, de 02 de janeiro de 1974, constituída em região de regime especial pela Lei nº 6.636, de 29 de novembro de 1974 e transformada em autarquia pela Lei nº 11.027, de 29 de dezembro de 1994, fica transformada em Coordenação das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná - COMEP, mantida sua condição de entidade autárquica, vinculada à Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL.

Parágrafo Único - A COMEC terá sede e foro na cidade de Curitiba e jurisdição administrativa em todo o Estado do Paraná.

Art. 2º - A COMEP tem como finalidade a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum no âmbito das Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do Estado do Paraná.

Art. 3º - A administração superior da COMEP contará com um Conselho de Administração, conforme o disposto no art. 91, da Lei nº 8.485, de 03 de junho de

1987, com a competência estabelecida pelo art. 93, inciso I a VIII, da referida lei.

Art. 4º - O Conselho de Administração, composto por 07 (sete) membros, não remunerados, será presidido pelo titular da Secretaria de Estado a que a COMEP se vincular, cabendo ao Diretor Presidente da entidade o exercício das funções de Secretário Executivo do colegiado.

Art. 5º - Ficam criados na Coordenação das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná - COMEP, 02 (dois) cargos de provimento em comissão com a denominação de Diretor Regional, símbolo DAS-3.

Art. 6º - As sociedades instituídas entre Municípios para a execução de serviço público de interesse comum ou obra, aquisição de bens, produtos e equipamentos e realização de eventos no âmbito de competência municipal, quando integradas por municípios pertencentes às Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas do Estado do Paraná, deverão seguir as orientações e diretrizes dos Conselhos Deliberativo e Consultivo das respectiva Regiões Metropolitanas.

Art. 7º - O regulamento e a estrutura básica da Coordenação das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná serão estabelecidos mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, atendidas as disposições da Lei nº 8.485, de 03 de junho de 1987, em prazo não superior a noventa (90) dias da publicação desta lei.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 29.12.98.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 539/98

**P A R E C E R :**

O presente Projeto de Lei, de autoria do Poder Executivo, objetiva transformar a atual Autarquia Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC em Coordenação da Região das Regiões Metropolitanas do Estado do Paraná - COMEP.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por essa Casa de Leis.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 23.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

Em votação - **Aprovado.**

O SR. ANTONIO CARLOS BELINATI

**(Para Encaminhar)**

Nós havíamos, Sr. Presidente, apresentado um requerimento pedindo o adiamento desse Projeto de Lei nº 539/98. Mas nós em concordância com o Líder do Governo, acertamos que retiráramos o Requerimento e votaríamos a Constitucionalidade do Projeto, na sua 1ª Discussão, porque no Mérito, nós queremos entrar numa discussão, mais profunda, porque tivemos debates importantes no ano passado, quando foi divulgado a notícia da criação desse Projeto de Lei. Portanto, votamos pela sua Constitucionalidade hoje, iremos discutir-lo numa próxima oportunidade com o comprometimento do líder do governo que esse Projeto será melhor discutido e transferido em segunda discussão para a semana que vem.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Perfeitamente!

Sobre a mesa, requerimento nº 2553, de autoria do Sr. Deputado Ricardo Chab, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2556, 2557 e 2568, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2558 e 2565, de autoria do Sr. Deputado Antonio Annibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2560, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2561, de autoria do Sr. Deputado Élio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2569, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, com apoio dos Srs. Deputados Edgar Bueno, Antonio Annibelli, Orlando Pessuti e Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2550, de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2551 e 2552, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2572, de autoria do Sr. Deputado Tiago de Amorim Novaes, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2566, de autoria dos Srs. Deputados Nereu Moura, José Maria Ferreira, Edgar Bueno e

demais Srs. Deputados, constantes do expediente. **Retirado pelo Autor.**

**O SR. NEREU MOURA (Para Encaminhar)**

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Atendendo uma solicitação do Deputado Valdir Rossoni, já possui as informações e irá me repassar. Retiro o Pedido de Informações.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)****Fica retirado o Requerimento.**

Requerimento nº 2541, de autoria do Senhor Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2540, de autoria do Sr. Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente de sessão anterior. **Rejeitado.**

**O SR. ORLANDO PESSUTI**

Verificação de Votação, Senhor Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Os Deputados que aprovam o requerimento queiram levantar. Seis Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam o requerimento queiram levantar.

**Está rejeitado o Requerimento.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra terça-feira, dia 25, às 10:00 horas com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 100, 412/99, do de Lei Complementar nº 497/99 e do de Lei nº 552/99.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 087, 533/99 e 539/98.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei Complementar nº 648/97 e dos de Lei nºs 200, 460, 516, 577 e 584/99.

Levanta-se a sessão.